

SUMÁRIO

PARTE I TEORIA COM DICAS PRÁTICAS

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	25
1.1. Introdução	25
1.2. Vigência da Lei nº 11.343/06.....	26
1.2.1. Retroatividade benéfica	26
1.2.2. Combinação de leis para beneficiar o réu.....	26
1.3. Definição de drogas	28
1.3.1. Conceito legal	28
1.3.2. (In)constitucionalidade do conceito legal de drogas.....	31
1.3.3. Irretroatividade da norma complementar.....	32
1.4. Proibição geral às drogas e exceções	33
2. DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS.....	39
2.1. Finalidades.....	39
2.2. Princípios	39
2.3. Objetivos	40
2.4. Organização.....	40
2.5. Da formulação das políticas sobre drogas	42
2.5.1. Do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas	42
2.5.2. Dos conselhos de políticas sobre drogas.....	42
2.6. Do acompanhamento e da avaliação das políticas sobre drogas.....	43
3. DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS	45
3.1. Da prevenção	45
3.1.1. Das diretrizes.....	45
3.1.2. Da Semana Nacional de Políticas sobre Drogas.....	46

3.2. Das atividades de prevenção, tratamento, acolhimento e de reinserção social e econômica de usuários ou dependentes de drogas	47
3.2.1. Da educação na reinserção social e econômica	48
3.2.2. Do tratamento do usuário ou dependente de drogas.....	48
3.2.2.1. Da internação	48
3.2.3. Do plano individual de atendimento.....	49
3.2.4. Do acolhimento em comunidade terapêutica acolhedora.....	51
3.3. Dos crimes e das penas	52
3.3.1. Introdução	52
3.3.2. Porte de drogas para consumo pessoal	52
3.3.2.1. Tipificação legal	52
3.3.2.2. Natureza jurídica	55
3.3.2.3. Bem jurídico	56
3.3.2.4. Sujeitos do crime.....	57
3.3.2.5. Ação penal	57
3.3.2.6. Reincidência	57
3.3.2.7. Princípio da insignificância	59
3.3.2.8. Da inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas.....	60
3.3.2.9. Critérios legais para determinar se a droga é para consumo pessoal.....	64
3.3.2.10. Ônus da prova.....	66
3.3.2.11. Posse de drogas ilícitas nas dependências de administração militar.....	67
3.3.2.12. Detração analógica virtual	68
3.3.3. Cultivo de drogas para consumo pessoal	69
3.3.3.1. Tipificação legal	69
3.3.4. Das penas.....	71
3.3.4.1. Das possíveis penas	71
3.3.4.2. Advertência.....	73
3.3.4.3. Prestação de serviços à comunidade.....	73
3.3.4.4. Consequências do descumprimento da pena	74
3.3.4.5. Tratamento especializado	76
3.3.4.6. Retroatividade benéfica	76
3.3.4.7. Crimes de menor potencial ofensivo.....	76
3.3.4.8. Competência do Jecrim.....	77

3.3.4.9.	Momento processual para aplicação da pena.....	78
3.3.4.10.	Prazo máximo das penas.....	79
3.3.4.11.	Prescrição.....	80
3.3.4.12.	Cabimento de habeas corpus.....	80
4.	DA REPRESSÃO À PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS.....	81
4.1.	Disposições gerais.....	81
4.1.1.	Da destruição de plantações ilícitas.....	81
4.1.2.	Expropriação de glebas cultivadas com plantações ilícitas.....	82
4.2.	Dos crimes.....	83
4.2.1.	Tráfico de drogas (art. 33, <i>caput</i>).....	84
4.2.1.1.	Tipificação legal.....	84
4.2.1.2.	Bem jurídico.....	89
4.2.1.3.	Sujeitos.....	89
4.2.1.4.	Prova pericial.....	90
4.2.1.5.	Princípio da insignificância.....	103
4.2.1.6.	Crime permanente.....	104
4.2.1.7.	Sanção penal.....	123
4.2.1.8.	Arbitramento de indenização por danos morais (CPP, art. 387, IV).....	125
4.2.2.	Tráfico de matéria-prima, insumos ou produtos químicos destinados à preparação de drogas (art. 33, § 1º, inc. I).....	126
4.2.2.1.	Tipificação legal.....	126
4.2.2.2.	Bem jurídico.....	128
4.2.2.3.	Sujeitos.....	128
4.2.2.4.	Prova pericial.....	128
4.2.2.5.	Sementes de plantas destinadas à preparação de droga.....	128
4.2.2.6.	Princípio da insignificância.....	130
4.2.2.7.	Sanção penal.....	131
4.2.3.	Cultivo de plantas para o tráfico de drogas (art. 33, § 1º, inc. II).....	131
4.2.3.1.	Tipificação legal.....	131
4.2.3.2.	Bem jurídico.....	132
4.2.3.3.	Sujeitos.....	132
4.2.3.4.	Prova pericial.....	132
4.2.3.5.	Sanção penal.....	132

4.2.4.	Utilização de local para fins de tráfico de drogas (art. 33, § 1º, inc. III)	133
4.2.4.1.	Tipificação legal	133
4.2.4.2.	Bem jurídico	133
4.2.4.3.	Sujeitos	133
4.2.4.4.	Sanção penal.....	134
4.2.5.	Venda ou entrega de drogas, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas a agente policial disfarçado (art. 33, § 1º, inc. IV).....	134
4.2.5.1.	Tipificação legal	134
4.2.5.2.	Bem jurídico	136
4.2.5.3.	Sujeitos	136
4.2.5.4.	Sanção penal.....	136
4.2.6.	Participação no uso indevido de drogas (art. 33, § 2º)	136
4.2.6.1.	Tipificação legal	136
4.2.6.2.	Movimento da “marcha da maconha”	137
4.2.6.3.	Bem jurídico	138
4.2.6.4.	Sujeitos	138
4.2.6.5.	Sanção penal.....	138
4.2.7.	Cessão gratuita e eventual de drogas para consumo compartilhado (art. 33, § 3º)	138
4.2.7.1.	Tipificação legal	138
4.2.7.2.	Sanção penal.....	141
4.2.8.	Tráfico privilegiado – causa de diminuição de pena (art. 33, § 4º)	141
4.2.8.1.	Tipificação legal	141
4.2.8.2.	Crime comum	155
4.2.8.3.	Substituição por penas restritivas de direitos.....	156
4.2.8.4.	Fração de redução da pena	157
4.2.9.	Tráfico de maquinários para fabricação de drogas (art. 34)	159
4.2.9.1.	Tipificação legal	159
4.2.9.2.	Bem jurídico	162
4.2.9.3.	Objeto material	162
4.2.9.4.	Prova pericial	163
4.2.9.5.	Incidência da causa de diminuição de pena (art. 33, § 4º) ...	163
4.2.9.6.	Sanção penal.....	164
4.2.10.	Associação para fins de tráfico e associação para financiamento ou custeio ao tráfico (art. 35)	164

4.2.10.1. Tipificação legal.....	164
4.2.10.2. Bem jurídico	168
4.2.10.3. Sujeitos.....	168
4.2.10.4. Sanção penal.....	168
4.2.11. Financiamento ou custeio ao tráfico de drogas (art. 36)	168
4.2.11.1. Tipificação legal.....	168
4.2.11.2. Bem jurídico	170
4.2.11.3. Sujeitos.....	170
4.2.11.4. Sanção penal.....	170
4.2.12. Colaboração como informante (art. 37)	170
4.2.12.1. Tipificação legal.....	170
4.2.12.2. Bem jurídico	172
4.2.12.3. Sujeitos.....	172
4.2.12.4. Sanção penal.....	172
4.2.13. Prescrição ou ministração culposa de drogas (art. 38)	173
4.2.13.1. Tipificação legal.....	173
4.2.13.2. Bem jurídico	173
4.2.13.3. Sujeitos.....	173
4.2.13.4. Sanção penal.....	174
4.2.14. Condução de embarcação ou aeronave sob a influência de drogas (art. 39).....	174
4.2.14.1. Tipificação legal.....	174
4.2.14.2. Bem jurídico	175
4.2.14.3. Sujeitos.....	175
4.2.14.4. Sanção penal.....	175
4.3. Das causas de aumento de pena.....	176
4.3.1. Hipóteses legais	176
4.3.2. Pluralidade de causas de aumento.....	177
4.3.3. Transnacionalidade do delito	178
4.3.4. Abuso de função pública, missão educação, poder familiar, guarda ou vigilância	180
4.3.5. Dependências ou imediações de locais onde haja facilidade de disseminação do consumo de drogas em virtude da maior concentração de pessoas	180

4.3.6.	Execução do crime com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva	186
4.3.7.	Tráfico entre os estados da federação ou entre estes e o Distrito Federal.....	188
4.3.8.	Envolvimento de criança ou adolescente ou de quem tenha diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação	189
4.3.9.	Financiamento ou custeio da prática do crime	190
4.4.	Da colaboração premiada	190
4.4.1.	Previsão legal.....	190
4.4.2.	Colaboração premiada e delação premiada	195
4.4.3.	Colaboração premiada e confissão espontânea	195
4.4.4.	Valor probatório.....	196
4.4.5.	Colaboração premiada e acordo de colaboração premiada	201
4.4.6.	Competência para homologação	203
4.4.7.	Recurso contra decisão que recusa homologar	203
4.5.	Da fixação da pena privativa de liberdade.....	204
4.5.1.	Primeira fase.....	204
4.5.2.	Segunda fase.....	213
4.5.3.	Terceira fase.....	223
4.5.4.	Fixação do regime inicial de cumprimento de pena	226
4.5.4.1.	Dos regimes prisionais	226
4.5.4.2.	Regime fechado	227
4.5.4.3.	Regime semiaberto	227
4.5.4.4.	Regime aberto.....	229
4.5.4.5.	Regime inicial dos crimes hediondos e equiparados.....	232
4.5.4.6.	Regime inicial do tráfico privilegiado	233
4.5.5.	Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos ..	239
4.5.5.1.	Requisitos	239
4.5.5.2.	Da prestação pecuniária.....	240
4.5.5.3.	Da perda de bens e valores	240
4.5.5.4.	Da limitação de fim de semana	240
4.5.5.5.	Da prestação de serviços à comunidade.....	241
4.5.5.6.	Da interdição temporária de direitos	241
4.5.5.7.	Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	242

4.6.	Da fixação da pena de multa	246
4.6.1.	Critério legal.....	246
4.6.2.	A pena de multa e a extinção da punibilidade.....	248
4.7.	Das vedações	250
4.7.1.	Introdução	250
4.7.2.	Fiança e liberdade provisória.....	250
4.7.3.	Graça, anistia e indulto	253
4.7.3.1.	Anistia	254
4.7.3.2.	Graça	254
4.7.3.3.	Indulto.....	254
4.7.4.	Penas restritivas de direitos	256
4.7.5.	“Sursis”	257
4.8.	Da progressão de regime	258
4.8.1.	Introdução	258
4.8.2.	Requisito objetivo da progressão nos crimes comuns antes da Lei nº 13.964/19	259
4.8.3.	Requisito objetivo da progressão dos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 11.464/07	260
4.8.4.	Requisito objetivo da progressão dos crimes hediondos e equiparados antes da Lei nº 13.964/19	261
4.8.5.	Progressão especial	262
4.8.6.	Quadro comparativo dos requisitos objetivos da progressão antes da Lei nº 13.964/19	266
4.8.7.	Requisito objetivo da progressão após a vigência da Lei nº 13.964/19	266
4.8.8.	Progressão para os crimes previstos na Lei de Drogas	274
4.8.9.	Da progressão por salto	275
4.8.10.	Progressão de regime para condenados por crimes com diversas frações	276
4.8.11.	Progressão nas condenações superiores a 40 anos	276
4.8.12.	Requisito subjetivo da progressão de regime	277
4.8.13.	A falta disciplinar grave e seus reflexos na progressão	283
4.8.14.	Custódia cautelar como marco inicial para progressão de regime	284
4.8.15.	Data-base para progressão ao regime aberto	285
4.8.16.	Data-base para progressão ao regime aberto a partir do último exame criminológico favorável.....	286
4.8.17.	Data-base para progressão a partir da falta grave	288

4.8.18. Data-base para progressão a partir da reabilitação da falta grave.....	288
4.8.19. Data-base para progressão a partir da soma/unificação das penas	289
4.8.20. Pagamento da multa penal como condição da progressão	290
4.8.21. Progressão de regime e preso estrangeiro	292
4.8.22. Progressão de regime e cumprimento de pena em penitenciária federal de segurança máxima	293
4.8.23. Gravidade abstrata do delito e longa pena a cumprir	294
4.9. Do livramento condicional.....	295
4.9.1. Introdução	295
4.9.2. O livramento condicional na Lei de Drogas.....	295
4.9.2.1. Requisitos	295
4.9.2.2. Livramento condicional e associação para fins de tráfico.....	305
4.9.2.3. Livramento condicional para os crimes dos artigos 33, §§ 2º, 3º, 4º, 38 e 39 da Lei de Drogas	305
4.9.2.4. Prazo para condenações superiores a 40 anos.....	307
4.10. Da inimputabilidade.....	308
4.10.1. Requisitos legais.....	308
4.10.2. Procedimento.....	309
4.11. Do procedimento penal	311
4.11.1. Dois possíveis ritos processuais	311
4.11.2. Do rito sumaríssimo da Lei nº 9.099/95	312
4.11.2.1. Introdução	312
4.11.2.2. Flagrante e termo circunstanciado	312
4.11.2.3. Medidas cautelares diversas da prisão	314
4.11.2.4. Composição civil e transação penal	314
4.11.2.5. Oferecimento de denúncia	319
4.11.2.6. Citação	320
4.11.2.7. Audiência de instrução e julgamento	320
4.11.2.8. Dos recursos.....	321
4.11.2.9. Resumo do rito.....	322
4.11.3. Rito da Lei de Drogas	323
4.11.3.1. Da prisão em flagrante	323
4.11.3.2. Flagrante preparado	326
4.11.3.3. Flagrante esperado	328
4.11.3.4. Da destruição das drogas	329

4.11.3.5. Análise judicial do auto de prisão em flagrante.....	329
4.11.3.6. Competência.....	349
4.11.3.7. Audiência de custódia	359
4.11.3.8. Conclusão do inquérito policial	366
4.11.3.9. Agente infiltrado	369
4.11.3.10. Ação controlada	373
4.11.3.11. Medidas protetivas da Lei de Proteção às Testemunhas.....	376
4.11.3.12. Manifestação do Ministério Público.....	377
4.11.3.13. Arquivamento do inquérito policial	377
4.11.3.14. Acordo de não persecução penal	378
4.11.3.15. Notificação do acusado para apresentação de defesa preliminar.....	396
4.11.3.16. Diligências antes do juízo de admissibilidade da denúncia	399
4.11.3.17. Rejeição da denúncia	399
4.11.3.18. Absolvição sumária	399
4.11.3.19. Recebimento da denúncia	400
4.11.3.20. Citação do réu.....	402
4.11.3.21. Suspensão condicional do processo	403
4.11.3.22. Audiência de instrução.....	410
4.11.3.23. Recolhimento à prisão para apelar	419
4.11.3.24. Resumo do rito.....	420
4.12. Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado	421
4.12.1. Da apreensão de bens.....	421
4.12.2. Da alienação de bens.....	423
4.12.3. Do uso provisório dos bens.....	425
4.12.4. Destinação final dos bens	425
5. DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	433

PARTE II
MODELOS DE PETIÇÕES

1. ALEGAÇÕES FINAIS ESCRITAS	437
1.1. Absolvição – Tráfico e Associação – Dosimetria penal.....	437
1.2. Absolvição – Tráfico Privilegiado – Dosimetria penal.....	443

2. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL	449
2.1. Retificação do cálculo – retroatividade da Lei nº 13.964/19	449
3. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL	453
3.1. Tráfico privilegiado e regime inicial	453
4. APELAÇÃO.....	457
4.1. Absolvição – Desclassificação para art. 28 – Dosimetria de pena – Regime prisional – Modelo 1	457
4.2. Absolvição – Desclassificação para art. 28 – Dosimetria de pena – Regime prisional – Modelo 2	465
4.3. Absolvição – Dosimetria de pena – Regime inicial – Modelo 1	472
4.4. Absolvição – Dosimetria – Regime inicial – Modelo 2	480
4.5. Desclassificação para art. 28 – Dosimetria de pena – Regime inicial	489
5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO	495
5.1. Associação para fins de tráfico	495
6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	499
6.1. Acórdão omissivo quanto a tese de tráfico privilegiado	499
7. HABEAS CORPUS	501
7.1. STJ – Dosimetria penal – Tráfico privilegiado – Regime inicial	501
7.2. STJ – Erro no cálculo das frações do tráfico privilegiado	508
7.3. TJ – Direito de recorrer em liberdade	511
7.4. TJ – prisão preventiva de ofício	515
7.5. TJ – Prisão preventiva – Gravidade abstrata	518
7.6. TJ – prisão preventiva – Pequena quantidade de drogas	523
7.7. TJ – Regime fechado sem fundamentação	526
7.8. TJ – Relaxamento flagrante (atipicidade) e liberdade provisória	530
7.9. TJ – Relaxamento flagrante (invasão domicílio) e liberdade provisória	533
8. MANIFESTAÇÕES ORAIS.....	539
8.1. Audiência de custódia.....	539
8.1.1. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 1	539
8.1.2. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 2	540
8.1.3. Relaxamento de prisão em flagrante e liberdade provisória 3	540
8.2. Audiência de instrução – debate	541

8.2.1. Absolvição por falta de provas e dosimetria penal.....	541
8.2.2. Nulidade por invasão de domicílio – Desclassificação para porte – Dosimetria penal.....	542
9. PETIÇÕES DIVERSAS	545
9.1. Aplicação do hc 596.603 do STJ – regime fechado em tráfico privilegiado.....	545
9.2. Impugnação ao cálculo de penas – tráfico privilegiado é crime comum	550
9.3. Juntada de comprovante de pagamento de fiança	551
9.4. Juntada de procuração	552
9.5. Pedido de expedição de guia de recolhimento.....	553
9.6. Pedido de livramento condicional.....	554
9.7. Pedido de progressão de regime prisional	555
9.8. Pedido de retificação de cálculo de penas.....	556
9.9. Pedido de revogação de preventiva	558
9.10. Renúncia de mandato.....	559
10. RECLAMAÇÃO	561
10.1. Descumprimento do hc nº 596.603 do Superior Tribunal de Justiça.....	561
11. RECURSO ESPECIAL	567
11.1. Tráfico privilegiado e regime inicial	567
12. RESPOSTA PRELIMINAR.....	573
12.1. Falta de justa causa e especificação de provas	573
13. RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA.....	575
13.1. Restituição de aparelho de telefonia celular	575
14. REVISÃO CRIMINAL.....	577
14.1. Erro na dosimetria da pena.....	577
14.2. Atipicidade do artigo 34 da LD e erro na dosimetria da pena.....	582